

# Constituinte retarda imposto sobre riqueza

BRASÍLIA — A aplicação de um imposto sobre a riqueza, se for implantado, não representará receita significativa para os cofres do Tesouro e é de difícil implementação. A avaliação é de técnicos da Secretaria da Receita Federal, com base na arrecadação tributária em outros países, onde existe este tipo de imposto.

Segundo estes técnicos, ainda não há um projeto de elevação da carga tributária com aumento de impostos sobre os ricos, porque a criação de novos tributos depende da conclusão dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Na sua entrevista de ontem, o presidente José Sarney voltou a defender um aumento da carga tributária sobre os ricos.

— Até conhecermos as definições da nova Constituição, fica difícil determinar que impostos a União poderá criar — explica um assessor da Receita Federal.

Por enquanto, a comissão de avaliação de mudanças tributárias trabalha sobre hipóteses, como a de criar imposto sobre riqueza e alterar a taxaçoão sobre o mercado financeiro. Pela primeira alternativa, o patrimônio líquido, como imóveis e automóveis de luxo, poderia sofrer um adicional de Imposto de Renda.

O patrimônio líquido significa o valor da propriedade do contribuinte, descontados financiamentos ou dívidas referentes ao preço final dos bens. Assim, uma casa financiada pelo BNH poderia ser taxada apenas sobre a parcela já paga pelo mutuário. "O valor a ser tributado poderia ser presumido, com a fixação de alguns benefícios, de acordo com o tipo de propriedade", adianta o funcionário.

Como o imposto seria um adicional, pois o contribuinte já paga Imposto de Renda, Imposto Predial e Territorial Urbano e outros sobre o seu patrimônio, a alíquota do novo tributo deve ser reduzida. Por isso, a exemplo de outros países.

**CDBs** — Outra proposta em estudo é a taxaçoão do mercado de capitais na declaração de renda — com imposto progressivo — e não na fonte, como acontece atualmente. Pelo sistema em vigor, um aplicador em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), por exemplo, obtém seu rendimento já descontado o Imposto de Renda, que é embutido na taxa de juros.

Com esta tributação, um aumento do IR significa uma imediata elevação dos juros, o que não interessa à equipe econômica do governo. A alternativa de taxar na declaração de renda, no entanto, determinaria a incidência sobre os ganhos obtidos por cada aplicador, sem repercussões na política monetária. Os técnicos da Receita argumentam, no entanto, que esta mudança traria sérios problemas de fluxo de caixa ao Tesouro. Ou seja, o governo deixaria de arrecadar no decorrer do ano, para receber de uma só vez, na declaração.